



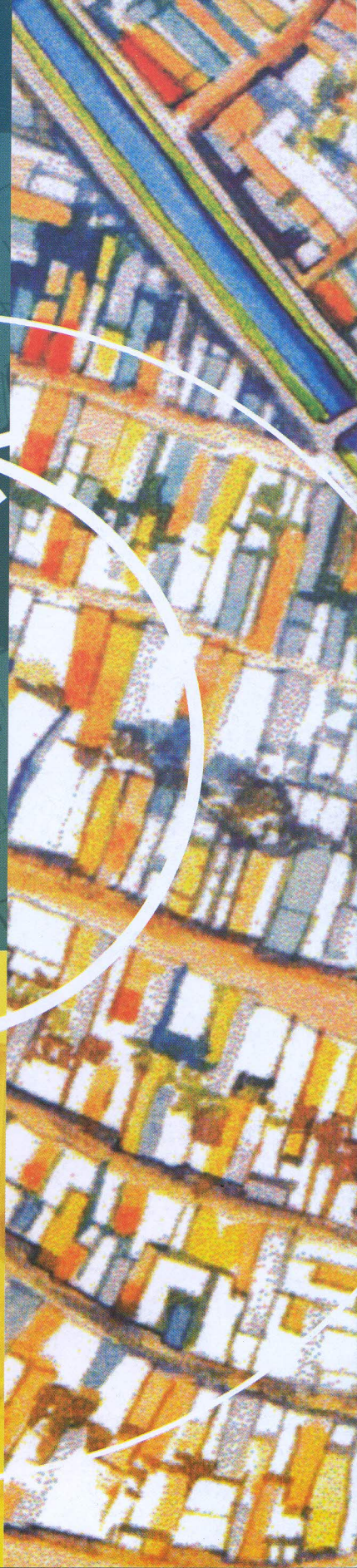
Associação de Moradores
da Área do Agrisal - AMAG

Nova Cartografia Social da Amazônia

A Luta pela Regularização Fundiária

Moradores da Agrisal
Salinópolis, Pará

10



Associação de Moradores da Área do Agrisal - AMAG

Construíram este fascículo:

Antonio Luiz Araújo de Souza
Benedita Feitosa dos Reis - Bené
Luciene Maria Lima de Melo
Maria da Conceição Alves Baranda
Maria Hildeney Damasceno de Souza - Morena
Raimundo Carvalho - Dinho
Raimundo Moreira Barreto



Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia
Série: Movimentos Sociais e Conflitos nas Cidades da Amazônia
Fascículo 10
"A luta pela regularização fundiária dos moradores da AGRISAL em Salinópolis - Belém".
Fevereiro de 2008
ISBN: 978-85-7401-408-1

**Coordenação do Projeto "Nova
Cartografia Social da Amazônia"**
Alfredo Wagner Berno de Almeida
(PPGSCA/UFAM e FAPEAM/CNPQ)

Equipe de Pesquisa
Maria de Jesus Tolosa Galvão
Rodrigo Macedo Lopes
Solange Maria Gayoso da Costa
(PDTU/NAEA/UFPA)
Simone Gayoso da Costa
Valéria de Nazaré Santana Fidellis

Colaboradores
Raimundo Moreira Barreto
Raimundo Carvalho - Dinho
Maria da Conceição Alves Baranda

Edição
Maria de Jesus Tolosa Galvão
Solange Maria Gayoso da Costa
(PDTU/NAEA/UFPA)

Cartografia e Mapa
Rodrigo Macedo Lopes

Fotografias
Maria de Jesus Tolosa Galvão
Solange Maria Gayoso da Costa
(PDTU/NAEA/UFPA)

Projeto Gráfico
José Fernandes F. Neto

Em dezembro de 2005, em reunião do Conselho da Cidade e lideranças dos movimentos sociais em Belém, foi apresentado o projeto "Nova Cartografia Social da Amazônia" e o resultado dos trabalhos de pesquisa com quebradeiras de coco babaçu e quilombolas. Das situações sociais identificadas resultou a mobilização dos presentes na reunião para o desenvolvimento do Projeto com grupos que vivem nas cidades. A partir desta reunião teve origem a Série "Movimentos Sociais e Conflitos nas Cidades da Amazônia". Esta série inicia com os indígenas, homossexuais, afro-religiosos e negras e negros de Belém, e tem continuidade com outros grupos em Belém e outras cidades da Amazônia como Manaus (AM), Macapá (AP), Marabá (PA), Salinópolis (PA) e Santarém (PA).



“A não regularização fundiária dessa cidade no meu entendimento é o maior entrave no desenvolvimento social que tem aqui (...).” (Raimundo Moreira Barreto, Oficina PNCSA, 08.12.2007)

A Luta pela Regularização Fundiária e a Construção da Associação

No início da década de 70, um grupo de empresários elaborou um projeto para a denominada “Empresa Agro Industrial de Salinópolis – AGRISAL, para exploração do caju, desde a plantação até a industrialização da castanha, ou seja, todas as formas que o fruto pudesse ser processado, no município de Salinópolis. Para esse investimento, foram adquiridas grandes extensões de terras, que circundavam a cidade, alcançando áreas rurais até o limite com outros municípios da região”.

Esse empreendimento mobilizou a população salinense, criando a expectativa de geração de emprego para a comunidade local. Após o processo de elaboração do projeto e financiamento com recursos públicos obtidos primeiramente junto ao Banco da Amazônia – BASA e posteriormente pelo Banco da Bahia Investimentos S/A, o projeto não avançou muito além da plantação. O que pôde ser evidenciado na época foi o enriquecimento ilícito dos proprietários e o abandono do projeto.

A Área ficou abandonada por 15 anos aproximadamente. Teve início então o processo de ocupação, que se deu por volta de 1984 e 85. A ocupação iniciou pelas áreas mais próximas ao centro da cidade, estendendo-se aos poucos em direção ao meio rural. Atualmente a área de litígio, compreende a extensão urbana da cidade de Salinópolis que se tornou território de disputa entre a população salinense e o grileiro, que se intitula dono da área que envolvia o Projeto.

Em 1998, foi fundada a Associação de Moradores da Área do Agrisal / AMAG, surge como um instrumento de luta e resistência da população local, com objetivo de reunir, fortalecer e representar os moradores da área.

A luta da AMAG vem sendo desenvolvida no sentido de assegurar o direito de morar para mais de 5.000 famílias residentes na área. A luta pela regularização fundiária surge nessa perspectiva de considerar que a população local merece ter seus direitos garantidos. Ter local de moradia digna é um desses direitos, de acordo com o Estatuto das Cidades.



O Projeto AGRISAL

“(...) todo mundo de Salinas trabalhava no projeto inclusive meus pais, meu pai, minha mãe meus parentes mesmo trabalharam lá, plantando caju capinando a área e o projeto levou uns sete anos, as arvores cresceram tudo, mas a indústria de beneficiamento que também estava no projeto nunca foi construída, depois ficou aquela área já com arvores não era aproveitado por que não tinha a indústria pra beneficiar que foi abandonada e passou um processo de quinze anos pra começar o processo de ocupação que já se deu por volta de 84, 85 (...)” (Raimundo Carvalho Dinho Oficina PNCSA, 08.12.2007)

O Processo de Ocupação das Terras

“(...) quando começou a ocupação na área também começou pela área, mais próxima da cidade no bairro São Vicente. A partir da ocupação foi que apareceu uma pessoa se considerando dona dos terrenos, o seu Wilson Cândido Araujo - conhecido como Dodô; ele no inicio agiu com muita truculência com o povo: queimando casas, espancando pessoas”. (Raimundo Carvalho Dinho Oficina PNCSA, 08.12.2007)

“Eu moro a vinte cinco anos no Bairro da Ponte do Atalaia, quando eu cheguei pra lá a gente morava numa casa com o assoalho em cima d'água, só a madeira, num terreno desocupado; o meu irmão começou a fazer roça, quando o Dodô soube que ele estava fazendo roça foi lá - ele e os pistoleiros (quatro) armados e perguntaram, quem e que tava roçando? -- Eu falei que era meu irmão que tava roçando e o pessoal. Ai eles foram pro mato, eu fui atrás. Como já tinha muita gente roçando, eles não tiveram coragem de chegar lá no mato e ai voltaram. Então, ele mandou passar a cerca pra gente não passar pra roça. Nessa época era o Raimundo Botelho que era o prefeito, eu tive uma reunião com o prefeito, ele falou que era pra quebrar a cerca pra passar pra roça; o pessoal quebrou a cerca pra passar. Eles foram lá de novo, mas a roça ficou. Ficaram dez tarefas (metragem de cada porção da roça. Cada tarefa é de 100 X 50m²).” (Benedita Feitosa dos Reis Bené, Oficina PNCSA, A luta pela regularização fundiária dos moradores da AGRISAL, 08.12.2007)

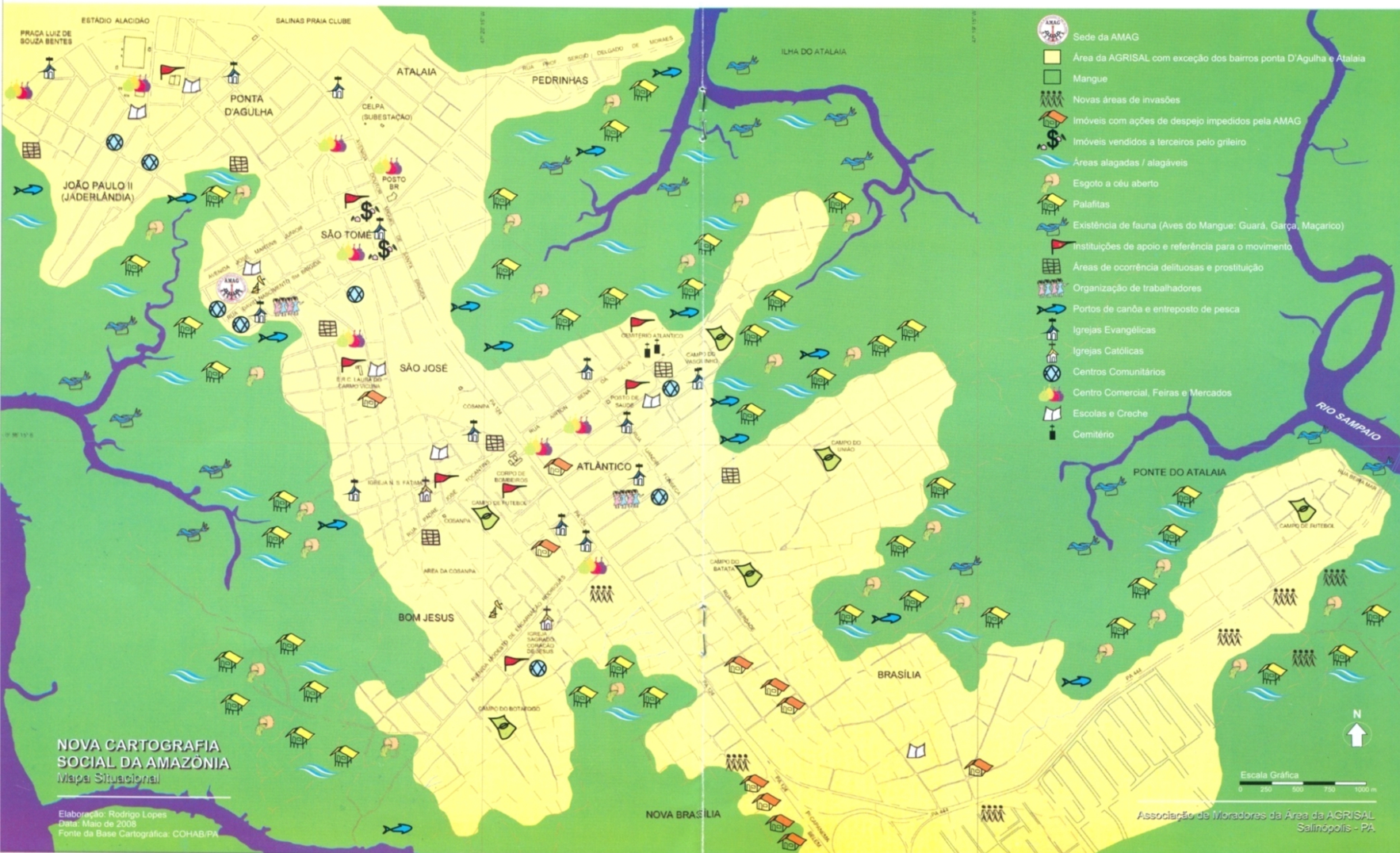
A Organização da Associação

“Os anos de 95, 96, 97, foram os três anos de maior intensidade em despejos com violência: que metia trator em cima de casa quebravam as casas e as autoridades não tomavam providências, até porque a justiça tinha convivência com essa questão. Foi isso que nos chamou atenção pra que a gente pudesse se envolver. Os moradores não tinham uma organização, não podiam contar com as autoridades locais. Então sugerimos - olha a única forma que tem pra gente se contrapor a toda essa situação é o povo começar a ser organizar; nesse período ai chegou o companheiro Dinho aqui em salinas. Foi ai que veio a idéia de fundar uma associação de moradores e saiu já em 98 a fundação da AMAG. Mas, nos não fazemos a luta do corpo a corpo (a violência); a luta da resistência, a união do povo foi partir para ação jurídica, onde a gente podia reverter alguma coisa. Mas, nós nos deparamos com situações muito difíceis. Primeiro que o juiz era conivente, o próprio juiz da cidade era conivente com o grileiro; era uma pessoa que fazia tudo isso e várias pessoas foram presas injustamente como o seu Domingos que ficou 28 dias preso porque ele foi questionar o porquê o juiz mesmo ia fazer cumprir a ordem de despejo. Outro foi o Mongol que foi preso ele a mulher que estava grávida e mais um filhinho pequeno, todos os três foram pra cadeia. Foram coisas assim absurdas. O cara (Dodô) andava numa caminhonete com pistoleiros, com escopeta e a policia escoltando dava toda cobertura. Eu nunca tinha visto isso aqui, era uma cidade sem lei. (Raimundo Moreira Barreto, Oficina PNCSA, 08.12.2007)

“Muitos amigos meus, que eu conhecia desde pequeno, estavam passando por essa situação. Eu não podia me conformar com isso, então, surgiu a idéia de criar uma associação de moradores. A gente não tinha outra maneira, já que as autoridades estavam todas do lado do grileiro que fazia todas essas atrocidades com o povo. Não tinha como procurar a justiça, nem a policia, nem o governo do estado, não ia adiantar. Então, a única maneira que agente vislumbra era se unir, era o povo se unir e através de uma associação. Conseguimos juntar lideranças em cada bairro da área, são oito bairros, pra montar um grupo. E no dia 06 de junho de 98 criamos a associação de moradores já com uma representatividade ampla, isso facilitou muito o trabalho. AAMAG estará completando dez anos agora em junho de 2008. A gente olha pra trás e vê que a AMAG deu certo. Acredito que continuará dando porque a gente encarou a AMAG de uma forma diferente do que se encara qualquer entidade popular por ai; geralmente as lideranças querem aproveitar e ser mais importantes do que as entidades, e na AMAG isso não aconteceu. AAMAG é muito mais importante do que qualquer um de nós”. (Raimundo Carvalho Dinho Oficina PNCSA, 08.12.2007)



A LUTA PELA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DOS MORADORES DA AGRISAL EM SALINÓPOLIS / PA



Datas e Fatos Importantes Destacados pelos Participantes da Oficina de Mapas

Ano	Fatos Importantes
1984	Início da ocupação da área da AGRISAL.
1998	06 de junho: fundação da AMAG. Setembro: AMAG organiza a marcha dos excluídos. 09 de dezembro: primeira grande manifestação contra ação de despejo, com participação de cinco mil pessoas.
1999	Ano com maior número de ações de despejos e mobilizações de resistência.
2002	AMAG elabora dossiê sobre a área da AGRISAL.
2003	AMAG e MNLM vão a Brasília 1ª Conferência das Cidades - e entregam o dossiê para o Presidente da República e Ministro das Cidades.
2003	30 de outubro: audiência pública convocada pelo Ministério das Cidades e Ouvidoria Agrária para discussão sobre a situação da AGRISAL.
2004	19 de janeiro: despejo de família no Bairro Bom Jesus. 20 de janeiro: Ministro das Cidades envia documento oficial ao Governo do Estado do Pará sobre o conflito na AGRISAL e dá conhecimento da instalação de uma comissão oficial para levantamento da situação. 27 de abril: conquista de terreno para construção da sede da AMAG. 18 de setembro: primeira audiência pública, em Salinas, organizada pelo Ministério das Cidades e pela Comissão Interministerial. Dezembro: atendida a determinação judicial de correição nos cartórios de Capanema e Salinópolis.
2005	Fevereiro: ação de cancelamento das matrículas pertencentes ao Sr. Wilson Cândido Araujo. Abril: segunda audiência pública, em Salinas, organizada pelo Ministério das Cidades e pela Comissão. Dezembro: aprovação de recursos no Ministério das Cidades para procedimentos preparatórios de regularização fundiária.
2006	Abril a julho: O ITERPA executa a primeira ação discriminatória na área da AGRISAL. Abril: lançamento do plano de execução de procedimentos preparatórios à regularização fundiária - AMAG / MNLM / IAGUA. Maio a outubro: levantamento sócio-econômico das famílias residentes na área.
2005/ 2006	AMAG atua no MOVA - AJURI.
2007	Junho: eleição da atual diretoria da AMAG.
2008	Janeiro: AMAG encaminha documento "DENUNCIA ACERCA DA PROPRIEDADE DAS TERRAS DA ÁREA DA EXTINTA EMPRESA AGROINDÚSTRIA DE SALINÓPOLIS AGRISAL" à Governadora do Estado do Pará, pedindo providências sobre o resultado da análise jurídica e técnica realizada pelo ITRERPA no período de setembro a dezembro de 2007. Março: AMAG encaminha ofício à Governadora do Estado do Pará solicitando posicionamento sobre a denúncia feita em janeiro. Março: AMAG passa a fazer parte do Conselho Estadual das Cidades

Por Que o Fascículo?

“Olha eu acho que é importante, primeiro porque nós vamos registrar a nossa história e segundo porque tem muita gente que não conhece, porque a gente fala, mas, não coloca nem a metade de tudo que a gente passou. e eu acho que isso fica na história desse município. Nós estamos aqui fazendo parte dessa história que mais tarde vai ser uma cartilha um livro, que vai divulgar mais o trabalho, é uma coisa que vai ficar no registro da memória da cidade. Quando um tiver o seu pedacinho de chão legalizado, garantido, vai dizer: - valeu à pena lutar, valeu à pena resistir”. (Raimundo Moreira Barreto, Oficina PNCSA, 08.12.2007)

Formas de Organização

Desde sua fundação, a AMAG se organiza com uma coordenação geral, na qual participam a diretoria executiva e as coordenações de bairros. A diretoria é renovada a cada dois anos, podendo uma mesma diretoria atuar em até dois mandatos. Como forma de mobilização dos associados e moradores da área, costuma-se usar o “volante” equipamento de som com microfone instalado em um automóvel.

Nesses dez anos de luta pela posse da terra, diversas tem sido as formas e instrumentos utilizados, como: defesa das famílias no embate direto com o grileiro; impedimento das ações de despejo; reconstruções das casas destruídas ou pelo grileiro ou pela polícia em despejos; abaixo assinado; ações judiciais; elaboração de dossiê; reuniões com as autoridades; assembléias; ações junto aos órgãos federais e estaduais responsáveis pela regularização fundiária; constituição de parceria com ONGs e governo federal para execução do projeto de regularização; acompanhamento de trabalhos técnicos feitos pelo ITERPA na AGRISAL; elaboração de documento denúncia à Governadora do Estado do Pará; audiências públicas e grandes manifestações como passeatas com participação de 5000 pessoas.

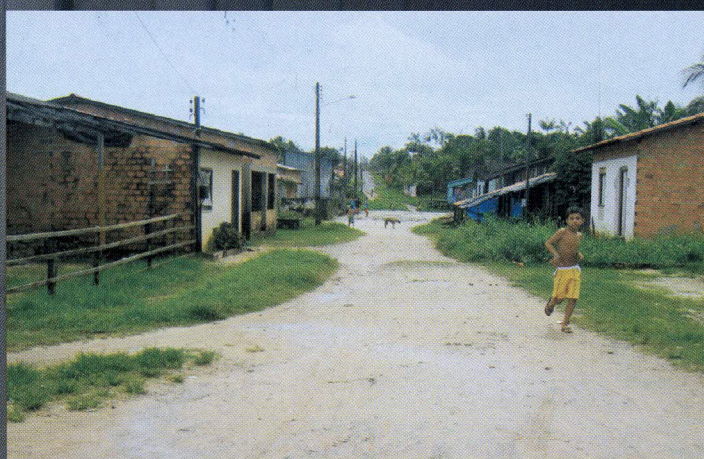




Principal Situação Enfrentada Hoje

“Hoje, diante da questão da justiça em reconhecer a grilagem, de ver que tem que recomençar o processo, isso é o mais frustrante para os moradores e para nós dirigentes da entidade. A luta é muito grande por causa dessa morosidade; porque a justiça mesmo admitindo que foi constatada a grilagem de terra, que os documentos deles foram fraudulentos, mesmo assim são favoráveis a eles (os grileiros); dizendo que eles não tiveram direito de defesa e que é uma Ação Judicial e não administrativa e com isso atrapalha todo o processo. Então a gente tem que acelerar o processo de mobilização, de reivindicação também com a justiça, com as autoridades que compete fazer esse trabalho. Agora o ITERPA tem que refazer todo trabalho para poder justificar a ação ou confirmar o que já foi confirmado. Vai refazer todo esse trabalho (refere-se à ação discriminatória feita em 2006) e com isso o processo acaba ficando mais lento. Então agora com esse novo trabalho do ITERPA a prefeitura já não entra mais na parceria, na contrapartida pra bancar a parcela que cabe ao município, e aí, os moradores, mais uma vez, tem que entrar na luta para o projeto não parar; e os moradores mais uma vez tem que mostra a sua força, tendo que bancar o aluguel da casa para equipe do ITERPA poder se instalar no município. Vamos esperar que esse trabalho não dê ao contrario da primeira Discriminatória. Que o resultado não seja negativo para os moradores, mas que seja positivo”. (Maria da Conceição, Oficina PNCSA, 08.12.2007)

“A posição atual do Ministério das Cidades é que no inicio do ano pra cá, quando o atual governo do estado assume, ele também assume a coordenação dessa questão, e aí o Ministério sai dessa articulação porque já tem o governo. Então o governo passa a coordenar esse processo, o que acabou dificultando para nós. Nós perdemos espaço nesse processo nas negociações com o estado, por que nos passamos a não ser visto como a parte mais interessada. Então nós temos que recomençar, tem que estar lá brigando pra não perde esse espaço; porque nós não vamos desocupar esse espaço de jeito nenhum, ainda que nós tenhamos que usar algumas estratégias de luta, mas nós vamos ter que estar na frente, porque nós somos a parte mais interessada. A causa é muito grande e aí envolve muita gente, precisamos de pessoas comprometidas que tenham disponibilidade para tocar esse trabalho que não é muito fácil. A gente fica quase vinte quatro horas voltadas para esse processo, temos ação aqui e também fora. Hoje tem que partir pra questão das negociações com as autoridades. **A maior briga nossa hoje, esta voltada pra esse campo de negociação com as autoridades pra encaminhar o processo de regularizarão**”. (Maria da Conceição, Oficina PNCSA, 08.12.2007)



Reivindicações

Que o Governo do Estado, realize a regularização fundiária;

Que se reconheça a Ação Discriminatória, realizada pelo ITERPA em 2006;

Implantação de áreas de lazer na comunidade;

Atividades e trabalho para os jovens;

Ampliação da capacidade de atendimento do posto de saúde;

Urbanização da área;

Preservação dos mananciais existentes na área;

Preservação das áreas de mangue;

Retirada do lixão do bairro Bom Jesus e construção de aterro sanitário em local apropriado;

Contatos

Associação dos Moradores da Área do Agrisal

Presidente: Maria da Conceição Alves Baranda

Vice-Presidente: Raimundo Carvalho "DINHO"

End: Rua Davi Nascimento s/n Bairro São Tomé

CEP: 68.721-000

Salinópolis - Pará

Fone: 81336697 / 91413199

Instituto Amazônico de Planejamento, Gestão Urbana e Ambiental - IAGUA

End: Avenida Almirante Barroso,

Pass. Santo Antonio, nº 47,

Bairro do Marco, CEP: 66.095-550

Tel: (91)3276-8900 / email: iagua@oi.com.br

Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (Fundação Ford - PPGSCA - UFAM)

Série: Movimentos Sociais e Conflitos nas Cidades da Amazônia

1. Indígenas na Cidade de Belém
2. Homossexuais na Cidade de Belém
3. Afro-religiosos na Cidade de Belém
4. Negras e Negros na Cidade de Belém
5. Catadores na Cidade de Belém
6. Pessoas com Deficiência na Cidade de Belém
7. Feirantes e Ribeirinhos dos Portos Públicos de Belém
8. Ribeirinhos das Ilhas de Belém
9. Moradores do Riacho Doce e Pantanal:
Histórias de luta e conquistas no Igarapé Tucunduba - Belém
10. A Luta pela regularização fundiária dos moradores da AGRISAL, Salinópolis - PA.
11. "Fé e Esperança: Mulheres Guerreiras de Campo Sales", Manaus
12. "Histórias de Lutas e Conquistas dos Moradores do Bairro Jesus Me Deu", Manaus
13. "Famílias da Comunidade Parque Riachuelo I", Manaus
14. "Bairro Parque Riachuelo II: História, Conquistas e Reivindicações", Manaus
15. "Ontem um dono, hoje milhares:
A História Bairro Parque São Pedro", Manaus
16. "Comunidade Negra de São Benedito, da Praça 14 de Janeiro", Manaus
17. Indígenas na Cidade de Manaus: Os Sateré-mawé no Bairro Redenção
18. Mulheres Indígenas e Artesãos do Alto Rio Negro em Manaus
19. Comunidade "Beco dos Pretos" Morro da Liberdade Manaus - AM
20. Indígenas na Cidade de Rio Preto da Eva - Comunidade Indígena Beija-flor, Rio Preto da Eva - Amazonas
21. Bairro do Cabelo Seco - Marabá - PA

Realização



**Associação de Moradores
da Área do Agrisal - AMAG**

Apoio



FORD FOUNDATION



**UFAM
PPGSA**



UFPA

